

Falta de acordo interrompe votação na Constituinte

BRASÍLIA — Embora houvesse presença suficiente para votação, a sessão de ontem da Constituinte foi encerrada para que as lideranças buscassem um acordo sobre o capítulo que trata das atribuições do Ministério Público. Desde a quinta-feira, a falta de consenso está paralisando os trabalhos do plenário, que nesse período conseguiu votar um único dispositivo.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, verificou o quorum, às 16h, encontrando 305 parlamentares presentes. Anunciou então a fusão de emendas, articulada no fim de semana, e foi iniciado o encaminhamento de votação. O Líder do PDS, Bonifácio de Andrada (MG), defendeu a fusão, porque ela mantém as funções atuais do Ministério Público, fiscal do cumprimento da lei e advogado da União. O texto da Sistematização e o do Centrão haviam criado a Advocacia Geral da União, que retirava parte das funções do Ministério Público, mas a fusão eli-

minou essa nova entidade. Para Bonifácio, a opção é correta, porque somente o Ministério Público tem condições de desempenhar as funções com autonomia e independência perante o Executivo. Justamente por isso lhe foram garantidas a vitaliciedade, a irredutibilidade de vencimentos e a inamovibilidade.

Contra o texto da fusão, o Deputado Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse que ela é mais um exemplo da mediocridade do trabalho da Constituinte desde a vitória do presidencialismo. Lima condenou a eliminação da Advocacia Geral da União, afirmando que a criação desse organismo visa justamente a separar o advogado da União do Ministério Público, para garantir isenção no cumprimento de suas atribuições, dando ao Brasil um instrumento semelhante à Procuradoria dos Estados Unidos da América. O texto da fusão, segundo Egdio, deixa o Ministério Público exatamente como é hoje, mas dando-lhe toda autonomia

administrativa e financeira.

A favor do texto também falou o Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), para quem, se não se trata do ideal, pelo menos evita a aprovação do texto do Centrão, que seria uma alternativa pior. O segundo a pronunciar-se contra a fusão foi Roberto Jefferson (PTB-SP), que tem uma emenda sobre o assunto, e defendeu a rejeição, alegando tratar-se de "uma injustiça contra os Procuradores da República".

Quando Ulysses ia colocar o texto em votação, a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) pediu a interrupção da sessão por uma hora, para novas conversas, pois verificava que "o plenário na sua quase totalidade não ficou satisfeito com a fusão". Decorrido este prazo, como as lideranças não tivessem chegado a uma conclusão, o Vice-Presidente da Mesa, Senador Mauro Benavides (PMDB-CE), anunciou o encerramento, convocando o plenário para as 9h de hoje.

Deputado: União perderá tributos

BRASÍLIA — O Deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos principais coordenadores do Centrão para assuntos de economia e tributação, afirmou ontem que o Governo federal "já perdeu para os Governadores a briga pela reforma tributária".

Segundo ele, os representantes do Palácio do Planalto não apresentaram qualquer alternativa, quando lhes foram solicitadas sugestões, e agora não há mais tempo para mudar a situação. A votação está prevista para esta semana.

Quando houve a negociação sobre o sistema tributário, me cansei de pedir ao então Ministro Bresser Pereira e ao seu Secretário-Geral, Mailson da Nóbrega, sugestões para resolver o problema. Eles nunca ofereceram nada de concreto. Reconheço que a sangria nos cofres federais será muito grande, sem que os Estados e Municípios assumam qualquer encargo. Mas nenhum Deputado vai agora, quase em cima da votação, insistir com o seu Governador para modificar o que já está decidido — afirmou José Geraldo.

O anteprojeto de Constituição estabelece que, do total arrecadado dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI) — as duas principais receitas tributárias do Tesouro —, cabem 21,5 por cento aos Estados e 22,5 por cento aos Municípios. Hoje, os Estados recebem 17 por cento e os Municípios 15 por cento. O anteprojeto aumenta ainda de dois para três por cento os recursos destinados a um fundo especial de fomento para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá a Estados e Municípios o controle total dos impostos únicos (energia elétrica, combustíveis etc), mas não lhes atribui qualquer responsabilidade sobre os atuais encargos da União.

O Ministro Mailson da Nóbrega diz que esta reforma inviabilizará a administração federal, deixando-a sem recursos para sequer cobrir a folha do funcionalismo.



Sandra Cavalcanti (na tribuna) aconselha Assembléias a terem um texto inicial

Assembléias criticam pontos da Carta

BRASÍLIA — Os 300 Deputados estaduais que participam do seminário "A Nova Constituição e as Constituições Estaduais" estão reclamando dos limites impostos pela nova Carta às futuras Constituições dos Estados. O projeto em votação na Constituinte estabelece, entre outras coisas, o número de Vereadores por Municípios, o que, segundo os Deputados, deveria ficar a cargo das Assembléias Legislativas.

O Presidente da União Parlamentar Interestadual (UPI), Deputado Luís Alberto Martins Oliveira (PDS-PR) acha, também, que as Assembléias deveriam ter o poder de instalar as suas próprias Constituintes

e não, como estabelece o novo texto constitucional, apenas o direito de adaptá-lo às circunstâncias regionais.

Ontem, os Deputados estaduais ouviram exposições do Senador Afonso Arinos e dos Deputados Bernardo Cabral e Sandra Cavalcanti. Os dois últimos aconselharam que as Assembléias partam de um texto básico. Sandra sugeriu que os Deputados nomeiem comissões que definam um texto inicial para ser trabalhado, ou simplesmente adaptem as atuais Constituições estaduais à nova realidade institucional que surgirá com a promulgação da futura Carta federal.